

O PAPEL DOS RECURSOS NATURAIS NOS CONFLITOS INTERMÉSTICOS DA AMÉRICA DO SUL

Vitor Stuart Gabriel de Pieri
Università di Bologna (UniBo)
✉ vitorpieri@yahoo.com.br

Elói Martins Senhoras
Universidade Federal de Roraima (UFRR)
✉ eloisenhoras@gmail.com

Resumo

O presente artigo traz um conjunto de reflexões que buscam explicar e apontar alguns vetores que favorecem ou dificultam o aprofundamento das relações políticas entre os países sul-americanos.

Através de um breve levantamento e sistematização da evolução dos conflitos intermésticos latentes, em especial a partir da década de 1980 (período da redemocratização da maioria dos países da região), pretende-se apontar as fragilidades e os desafios do ponto de vista político e territorial à integração e segurança regional.

A defesa conjunta dos ativos estratégicos comuns é levantada como ponto de debate do texto, por ter sido colocada na reunião de Asunción entre os Ministros da Defesa do continente como prioridade comum da defesa regional para potencialmente poder contribuir na convergência de países sul-americanos em torno de uma unificação de agendas baseada na securitização política dos recursos naturais.

Por meios destas discussões, o artigo busca refletir sobre os desafios da integração sul-americana a partir da sistematização das principais debilidades, medidas principalmente através da análise evolutiva das relações políticas domésticas dos Estados da região.

Palavras chave: *Integração sul-americana, conflitos intermésticos, Securitização Política, Ativos Estratégicos Comuns.*

Sessão temática 12: *Estudos Estratégicos no mundo contemporâneo: novas ameaças e novas abordagens.*

1 – Introdução

As concepções estratégicas em segurança e defesa têm passado por significativas mudanças no contexto político mundial e que refletem regionalmente e nacionalmente

na introdução de uma série de condicionantes que implicou na transformação da autonomia política e institucional das forças armadas.

Em um cenário essencialmente dinâmico das relações internacionais repleto de mudanças que surgem e variam de magnitude e de características diante das chamadas *novas ameaças*, tornou-se impreciso interpretar a divisão das *ameaças* entre as de origem externa e as de origem interna, uma vez que, em um mundo globalizado, é cada vez mais difícil traçar uma linha divisória com este critério, pois há uma presença latente e contínua de *temáticas* entre os países.

“Os temas considerados – pelas potências ocidentais – como novas ameaças à segurança internacional após o fim da União Soviética – narcotráfico, terrorismo, crime organizado transnacional, tráfico de armas, devastação ambiental, corridas armamentistas regionais, conflitos étnicos, correntes migratórias internacionais, desrespeito aos direitos humanos e proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas de destruição em massa – consolidavam a substituição do conflito Leste-Oeste pelas tensões Norte-Sul” (Marques, 2003: 69).

As novas ameaças assentam-se sobre o crescente aumento das porosidades fronteiriças trazidas pela interdependência global de fixos e fluxos, o que repercute na fluidez das zonas de contato e no problema de demarcação sobre o que é interno ou externo. Neste contexto, uma série de *conflitividades intermésticas* surge permeada por novas ameaças que complexificam a percepção sobre o que seriam temas *internacionais* ou *domésticos* (Domingues, 1998).

A falta de uma clara definição sobre os temas internos e externos tornam os os espaços e temas intermésticos em uma nova ameaça latente quando conflitos internacionais estão multirecortar a conflitos intra-nacionais, produzindo um complexo campo de poder que se distende ao longo de diferentes territórios.

A segurança internacional, não estando mais ligada exclusivamente a situações de conflito político-militar entre países devido à expansão dos processos de internacionalização de mercados de produção e dos circuitos financeiros, abriu espaço para o surgimento de novos debates sobre as políticas de segurança e defesa segundo um viés estratégico ampliado que incorpora outras variáveis, como o desenvolvimento humano e ambiental, à idéia de poder e segurança, muito embora persistam temáticas clássicas de assuntos militares-estratégicos.

De uma maneira geral, pode-se dizer que o conceito convencional de segurança envolvia ameaças vindas de fora das fronteiras do Estado e que são de natureza

primordialmente militar, contudo no Terceiro Mundo as *novas ameaças* são, de um modo geral, geradas domesticamente e só ocasionalmente transbordam para Estados vizinhos (Ayoob, 1995; Buzan, 1991).

No caso da América do Sul, as novas ameaças trazidas por uma série de conflitos intermésticos latentes produzem um duplo efeito, por um lado, ao fragmentar os territórios de distintos países da região e o próprio processo de ampliação e aprofundamento dos laços políticos de regionalização transnacional, e por outro lado, ao fazer convergir vários países na defesa de ativos estratégicos comuns, favorecem a aproximação inter-estatal especialmente em torno de uma agenda de securitização política dos recursos naturais.

Em função das novas ameaças ambientais contemporâneas, a construção de novos discursos e práticas geopolíticas tem acontecido pelo resgate do passado e pela revalorização de um dos pilares de fundação da geopolítica que é a temática de securitização dos recursos naturais.

De um lado, persiste uma concepção clássica de interpretação geopolítica dos recursos naturais que se assenta nas discussões nacionalistas da *segurança ambiental* cujo foco reside nos efeitos que a questão ambiental pode acarretar na soberania territorial e na balança de poder do sistema internacional, haja vista que a escassez de recursos naturais impõe o transbordamento de conflitos nacionais e internacionais.

De outro lado, surge uma nova concepção de interpretação da geopolítica ambiental que reside no uso do direito e da razão prática de fundamentação kantiana, cujo fio condutor é a construção de uma discussão normativa de um mundo idealizado como possível, caracterizado pela cooperação internacional de cunho cosmopolita a partir da formação de regimes ambientais internacionais.

A crescente valoração dos recursos naturais na América do sul tem uma forte correspondência estratégica com conotação geopolítica devido à existência de abundância em alguns espaços e a escassez em outros, o que embute uma nova natureza que é conflitiva na apropriação.

2 - Conflitos intermésticos de caráter socioambiental na América do Sul

O processo de securitização dos recursos naturais, enquanto *ativos estratégicos comuns* para os países sul-americanos, tem despertado e sustentado o interesse inter-estatal em direção a uma nova onda de institucionalização do regionalismo

transnacional, o que demonstra a sua transformação em assunto de interesse da alta política.

Este fenômeno de securitização dos recursos naturais na América do Sul acontece em função do nível elevado de conflitividades intermésticas relacionadas à dinâmica socio-ambiental, que acabam direta ou indiretamente repercutindo na apropriação dos recursos naturais.

“Nunca antes na história democrática deste continente houve tantos conflitos em torno de recursos naturais e controle de território. Na mesma semana tivemos a eclosão de mais um ciclo de rusgas entre Colômbia e Venezuela, e outra rodada de embates entre Chile e Peru. Além disso, persiste a disputa entre Argentina e Uruguai em torno do uso das águas do rio que divide os dois países. Todas estas questões extrapolaram os canais convencionais de diálogo e negociação bilaterais e com frequência resultaram na mediação de instituições internacionais ou terceiros países” (Santoro, 2009).

As diferentes escalas de ação e concepções cognitivas, ideológicas existente em na exploração dos recursos naturais da América do Sul pelos atores presentes, acabam muito freqüentemente gerando tensões ou dificuldades de coordenação de valores ambientais, demonstrando porque não existe linearidade na frágil dinâmica geopolítica socioambiental.

Frente aos impactos socioambientais negativos trazidos por este padrão de apropriação privada de territórios, regulado sob a tutela dos Estados e dos quadros institucionais de regionalização transnacional, que se assenta em um processo contraditório de exploração dos recursos naturais para fins de exportação, um crescente número de movimentos politizados de resistência e de pressão se estruturou em diferentes países na América do Sul.

Estes contenciosos ligados aos recursos naturais são exemplos de um universo maior de análise em que diversas localidades dos países da América do Sul estão inseridas em alguma medida, haja vista que possuem similares características políticas e econômicas de vulnerabilidade socioambiental.

Essas lutas se expressam por movimentos ambientalistas, antiglobalização, antiimperialistas ou ainda movimentos bolivarianos, indigenistas e de sem-terras espalhados em vários pontos da região transnacional da América do Sul, embora concentrados nas localidades mais vulneráveis e degradadas.

No caso região amazônica, o caráter internacionalizado em que acontece o modelo de apropriação dos recursos naturais deu ensejo ao longo do tempo a um padrão

de resistência, de início, protagonizada, localmente por seringueiros e, posteriormente, adensada por movimentos ambientalistas transescalares.

Porém, a área com maior crescimento de conflitos socioambientais na América do Sul tem sido a região andina, onde os conflitos por recursos naturais, particularmente ao redor dos hidrocarbonetos assumem crescente relevância nas políticas nacionais.

Na região do Cone Sul, os conflitos socioambientais têm sido de menor intensidade, embora também revelem um grau acentuado de politização, tal como nos países andinos, haja vista que os países-membros do MERCOSUL cresceram a um ritmo mais acelerado nos últimos anos em função do modelo de desenvolvimento exógeno via exportação de *commodities* dos complexos de mineração e agronegócios, porém ao custo de relevantes impactos colaterais sobre o meio ambiente.

Uma variável a se destacar é que as tensões e conflitos socioambientais ganharam visibilidade na América do Sul em função da disseminação generalizada de contenciosos em vários países determinados por lutas sociais e políticas pela reapropriação de territórios e de recursos naturais.

Os vínculos contemporâneos entre os atores e os espaços com a problemática de exploração dos recursos naturais na América do Sul ilustram os sintomas do processo de adensamento ou de complexificação histórica das relações geopolíticas intra e interestatais, haja vista que existe uma multiescalaridade envolvida por vetores geoeconômicos de integração e fragmentação.

A politização de movimentos resistência em diferentes países da região que se expressa por um aumento crescente de conflitos sociais de natureza complexa e com distintas demandas, tende a deflagrar os efeitos de tensionamento e fragmentação socioambiental diante dos projetos de integração econômica pautados no padrão de acumulação espoliativo do capitalismo-territorialista.

3 - Vetores de fragmentação dos conflitos intermésticos ligados a recursos naturais na América do Sul

A fragmentação socioambiental que tensiona várias comunidades locais em função de atividades consideradas estratégias pelas políticas nacionais e de regionalização transnacional na América do Sul comparte similaridades com a tese do “ecologismo dos pobres”, segundo a qual, a qual a mobilização nasce de diversos conflitos socioambientais que são decorrentes por um tipo de crescimento econômico

assentado na extração de recursos naturais e no aumento dos riscos de contaminação e depredação dos territórios.

Este campo relacional de poder revela que a acumulação pautada por um padrão de capitalismo territorialista engendra uma geopolítica espoliativa dos territórios que tem como dinamizador a exploração dos recursos naturais e como repercussão processos de integração dos fluxos comerciais e fragmentação do tecido socioambiental.

A despeito destes conflitos intermésticos existentes, principalmente relacionados à apropriação e exploração dos recursos naturais na América do Sul, o complexo regional de segurança é identificado no agregado por seu baixo nível de instabilidade (Buzan e Waever, 2003).

A estrutura evolutiva do complexo regional de segurança da América do Sul é identificada por uma multipolaridade estável ou de baixa pressão devido ao padrão de distribuição de poder que parte de um núcleo duro e se difunde ao longo de círculos concêntricos próximos ou distantes, porém, com baixa integração em termos territoriais; presença de instabilidades políticas internas; e diferentes níveis de influência e intervenção por parte dos Estados Unidos (Cepik, 2005).

Quadro 1 - Estrutura do complexo Sul-Americano de segurança

<i>Núcleo duro</i>	Brasil e Argentina consolidaram-se historicamente como os dois principais países que disputam o papel de líder regional.
<i>Círculos concêntricos próximos</i>	Venezuela, Colômbia, Peru e Chile são países que têm capacidades estratégico-militares para desafiar o núcleo duro.
<i>Círculos concêntricos distantes</i>	Uruguai, Paraguai, Bolívia e Equador têm funcionado como <i>estados-tampões</i> .
	Guiana e Suriname são <i>estados-marginais</i> que têm relativo isolamento geográfico e cultural.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Cepik (2005); Buzan e Waever (2003).

Ao se analisar os inúmeros conflitos intermésticos latentes na região percebe-se que eles debilitam a relação entre os Estados sul-americanos, surgindo assim, como um forte vetor fragmentador das relações inter-estatais, uma vez que um governo debilitado internamente possui menor capacidade político-relacional com os Estados vizinhos.

No esforço de sistematizar casos de conflitividades socio-ambientais, procurou-se criar um quadro cujo objetivo é apontar os principais conflitos e tensões internas recentes e/o latentes nos países sul-americanos, motivados por disputas de domínios territoriais e vinculadas direta ou indiretamente ao controle sobre certos recursos naturais estratégicos por parte de diversos atores sociais, políticos e econômicos.

Quadro 2 - Conflitos intermésticos ligados a recursos naturais na América do Sul

<i>CONFLITOS INTERNOS</i>	<i>PAÍS / ANO</i>	<i>ATORES ENVOLVIDOS</i>	<i>MOTIVAÇÕES DOS MOVIMENTOS E ATORES NÃO ESTATAIS</i>	<i>RECURSOS EM JOGO</i>	<i>ROL DE TERCEIROS ATORES</i>	<i>NÍVEL DE IMPACTO NA ESTABILIDADE POLÍTICA INSTITUCIONAL ATUAL</i>
GUERRA CIVIL COLOMBIANA	COLÔMBIA (1948-hoje)	Estado vs grupos insurgentes territorializados (surgidos entre as décadas de 1960 e 80, FARC, ELN, EPL).	Política-ideológica e territoriais.	Território, biodiversidade, terras aptas à agricultura.	Atuação direta do governo dos estados unidos (plano Colômbia)	FORTE – Formação de um Estado frágil
CONFLITOS INTERNOS NO PERÚ	PERÚ (1980-2000)	Estado vs grupos insurgentes (Tupac Amaru, Sendero Luminoso)	Política-ideológica e territoriais.	Território	Atuação direta do governo dos Estados Unidos no treinamento dos militares peruanos	LEVE – Com o principal líder preso, constatam-se poucas ações dos movimentos nos últimos 5 anos
MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS	BRASIL (1996-1996)	Fazendeiros e estado (através da polícia militar) vs. movimento dos sem terras	Territoriais econômica-social.	Biodiversidade, minerais, água, área apta para agricultura.	Nenhum	MÉDIO – A região Amazônica apresenta grande instabilidade política, com diversos atores sociais e agentes econômicos (nacionais e internacionais) explorando os recursos naturais. Região com débil controle Estatal e com forte susceptibilidade de conflitos.
GUERRA DO GÁS	BOLÍVIA (2003-2005)	Movimentos sociais indígenas vs. governo	Políticas, econômicas sociais (contra a privatização dos hidrocarbonetos)	Hidrocarburetos	Empresas internacionais diversas	FORTE – Ganha força movimentos sociais em defesa dos recursos naturais. Que resultaram na eleição de Evo Morales.
GUERRA DA ÁGUA	BOLÍVIA 2006	Movimentos sociais indígenas vs. governo	Políticas, econômicas e sociais (contra a privatização do abastecimento de água)	Água	Consórcio com capitais internacionais diversos	LEVE – Ganha força em Cochabamba, os movimentos sociais em defesa dos recursos naturais.
CONFLITOS SEPARATISTAS	BOLÍVIA 2008	Estado e movimentos sociais vs. elites regionais y governadores dos departamentos, em especial de Santa Cruz.	Econômicas, territoriais, identitários.	Hidrocarburetos	Suspeitas de apoios da embaixada dos Estados Unidos aos separatistas. Apoio da Venezuela ao governo da Bolívia	FORTE – Instabilidade política, dificuldade de governabilidade e de controle de certos Departamentos. ESTADO FRÁGIL.
RESERVA INDÍGENA RAPOSA DO SOL	BRASIL 2008	Estado e indígenas vs. fazendeiros.	Econômicas e territoriais (demarcação de reserva indígena em zona de fronteira)	Território, biodiversidades e Terras Aptas Para Agricultura	Nenhum	LEVE – Reserva Indígena delimitada e questão resolvida no marco da política.
CONFLITO EM BAGUA	PERÚ 2009	Estado vs. indígenas	Econômicas, e territoriais.	Território, biodiversidade, hidrocarbonetos áreas aptas para agricultura e petróleo	Empresas internacionais diversas	MÉDIO – Apesar de resolvida com a não implementação do decreto que permitiria ao governo ampliar (de 15% para 72%) a área de venda de concessões florestais, a situação se mantém tensa em razão dos planos de políticas indígenas do governo.
CONFLITO COM O CRIME ORGANIZADO NO PARAGUAI	PARAGUAI 2010	Estado vs. exército popular paraguaio	Econômicas, territoriais e ideológica	Território	Governo brasileiro atuando em conjunto com forças paraguaias	FORTE – Decretado o Estado de Exceção em cinco departamentos paraguaios depois da tentativa de assassinato de senador que luta contra o crime organizado.

Fonte: Elaboração própria.

Buscou-se apontar em cada crise e conflito os seguintes processos: os principais atores envolvidos; as principais motivações por parte dos movimentos e atores não estatais; os recursos em risco de perda de controle do Estado; a existência e o papel de terceiros atores; e o nível de impacto na estabilidade político-institucional do país.

Constata-se no quadro diversas especificidades do ponto de vista dos atores envolvidos, da influência de agentes externos, das motivações e diversidade de conflitos e dos conseqüentes níveis de instabilidades políticas dos Estados.

É válido apontar que um princípio fundamental para entender a formação dos conflitos intermésticos na América do Sul está relacionado a não ingerência de países

vizinhos nos conflitos internos de alguns Estados, o que resulta em um padrão de transbordamento de problemas com características intermésticas.

Questões internas como a guerra civil colombiana, expõem a falta de coordenação entre os países da região na orientação e mediação ao conflito, que acabou por expandir-se da escala doméstica à tensão regional – em função da proximidade colombiana com os Estados Unidos, visto pela maioria dos países da região como um risco à sua soberania territorial.

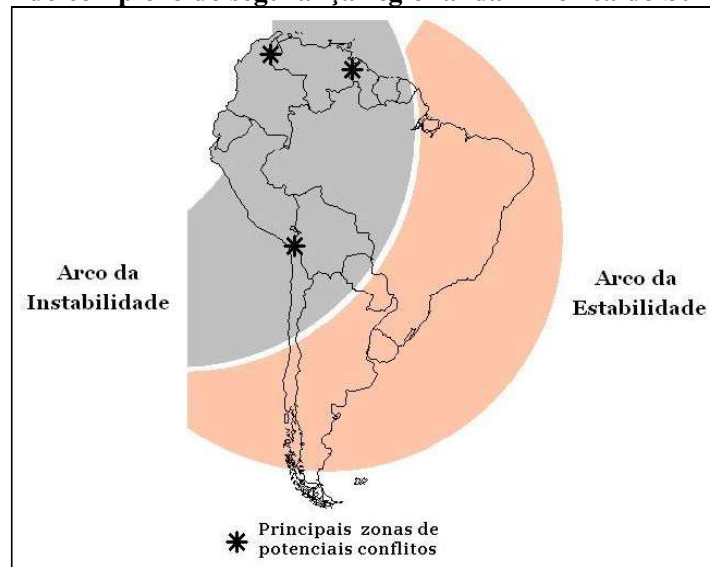
É interessante observar que a expansão de conflitos domésticos, como no caso colombiano, resultam muitas vezes em tensões intermésticas na regionalização transnacional da América do Sul, o que reacendeu o interesse dos países da região em securitizar conjuntamente alguns *ativos estratégicos comuns*.

A ameaça transregional gerada pelos efeitos de conflitos domésticos de insurgência, como a guerra civil colombiana, contribuíram diretamente ou indiretamente para a aproximação dos países sul-americanos em torno de uma agenda política comum na área de segurança e defesa dos recursos naturais trans-fronteiriços, muitas vezes em resposta à ingerência das políticas de potências extra-regionais, como os Estados Unidos por meio do Plano Colômbia.

Uma indagação que surge sobre a eficácia da formulação de uma agenda de securitização política de ativos estratégicos comuns na América do Sul reside na fragmentação política ideológica entre os países e na característica bipartida do complexo regional de segurança, bem como no papel disfuncional estadunidense neste processo.

Em primeiro lugar, os processos de regionalização transnacional na América do Sul se sedimentaram ao longo do tempo por meio de trajetórias bifurcadas que caracterizam o complexo regional de segurança com um baixo nível de maturidade. Enquanto a *vertente do Oceano Atlântico* é caracterizada como um *arco de estabilidade* em função do relativo êxito dos processos cooperativos na área de segurança e defesa; em contraposição, a *vertente do Oceano Pacífico* se revela enquanto um *arco de instabilidade* justamente por apresentar zonas potenciais de conflitos armados e um padrão de convergência castrense que é extremamente irregular.

**Figura 1 - Arcos de integração e fragmentação
do complexo de segurança regional da América do Sul**



Fonte: Medeiros Filho (2009).

Em segundo lugar, a superioridade norte-americana traz inúmeras implicações para a agenda de segurança regional da América do Sul, pois os diversos desacordos em segurança e defesa cooperativa entre os países sobre as questões de segurança e defesa servem de pretexto para a negociação bilateral de acordos com os Estados Unidos, esvaziando a multilateralidade de acordos da região. A dimensionalidade da agenda de segurança e defesa regional na América do Sul não se traduz em respostas aos problemas e ameaças regionais, mas sim, na reiteração de uma relação de dependência Estados Unidos-América do Sul, caracterizada com uma nova roupagem de segurança, onde persistem os temas de interesse da potência hegemônica (Pagliari, 2005).

Enfim, as combinações entre fatores históricos que apontam os níveis de conflitividades intermésticas na América do Sul e os conceitos que aportam os modelos de segurança coletiva, são fatores que devem ser levados em conta no sentido de compreender a viabilidade e factibilidade da securitização de ativos estratégicos comuns na regionalização transnacional que se está buscando construir no sub-continente por meio da UNASUL.

4 - Últimas considerações sobre a securitização regional de ativos estratégicos comuns na América do Sul

Desde a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) na estrutura institucional da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) no ano de 2008, tornou-se crescente o debate sobre a securitização dos recursos naturais em âmbito regional em função do interesse generalizado pelos países.

Uma breve análise dos diferentes documentos e planos nacionais de defesa dos países sul-americanos demonstra que existem diferentes níveis de prioridade e postura interna assumidos por cada país em relação à defesa de seus territórios e recursos naturais.

A despeito das percepções unilaterais existentes ou dos contenciosos e dilemas de segurança fronteiriços existentes na América do Sul, é possível tabular uma macrovisão sobre a problemática da securitização de *ativos estratégicos comuns* relacionados a recursos naturais em função das concepções estratégicas presentes nos documentos oficiais de defesa.

A problemática da securitização de recursos naturais na América do Sul pode ser compreendida em sua latência pelo grau de envolvimento e de prioridade que os países da região estão dando à esfera da defesa, o nível de instabilidade interestatais no âmbito gisul-americano e a posição de cada Estado em relação à defesa conjunta dos ativos estratégicos comuns.

A securitização de recursos naturais como ativos estratégicos na América do Sul não trata-se de um processo linear ou tão pouco simples uma vez que a análise dos principais documentos de defesa nacionais dos países sul-americanos revela uma grande diversidade de pontos de vista, níveis de prioridades e estratégias de defesas entre os Estados da região.

Embora haja uma convergência mínima de discursos na defesa conjunta dos ativos estratégicos comuns na América do Sul, nota-se uma clara securitização de recursos naturais estratégicos entre todos os países com uma *concepção socialista bolivariana* como Venezuela, Equador e Bolívia ou mesmo em outros países não alinhados como Argentina, Brasil e Chile; ou ainda em países alinhados aos Estados Unidos, como Colômbia e Peru.

Ao se observar a adesão de distintas ideologias políticas à securitização de recursos naturais, percebe-se claramente que é possível a construção de uma agenda que

busque trabalhar a integração sul-americana a partir da noção de ativos estratégicos comuns na agenda de regionalização transnacional da UNASUL.

Quadro 3 - Variáveis para análise da securitização regional de recursos naturais estratégicos em documentos oficiais dos países sul-americanos

	Principal Documento Oficial de Defesa e ano de última atualização	Faz referências diretas à defesa dos recursos naturais estratégicos?	Contempla hipóteses de conflitos?	Posição em relação ao Conselho de Defesa Sul-americano.
Argentina	<i>Libro Blanco de Defensa</i> (1999 e 2001)	Sim (Capítulo V.3)	Não	Favorável
Bolívia	<i>Libro Blanco de Defensa</i> (2004)	Não, mas sistematicamente presente em discurso presidencial	Sem Informação	Favorável
Brasil	<i>Estratégia Nacional de Defesa</i> (2008)	Sim, especialmente à Região Amazônica (Ponto 10).	Sim, especialmente de ator com capacidade militar superior	Favorável (Ponto 18)
Chile	<i>Libro de la Defensa Nacional</i> (2002)	Sim, (Parte IV Capítulo III.1)	Sim. (Parte I Capítulo II.4)	Favorável (Parte II Capítulo III.3).
Colômbia	<i>Política de Consolidación de la Seguridad Democrática</i> (2007)	Não	Não	Favorável em parte, em função de alinhamento com EUA
Equador	<i>Libro Blanco de Defensa</i> (2006)	Sim	Sem Informação	Favorável
Guiana	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação	Favorável
Paraguai	<i>Política de Defensa Nacional de la República del Paraguay</i> (1999)	Sem Informação	Sem Informação	Favorável
Perú	<i>Libro Blanco de la Defensa Nacional del Perú</i> (2005)	Sim (Parte 3, capítulo 3)	Não	Favorável em parte, em função de alinhamento com EUA
Suriname	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação	Favorável
Uruguai	<i>A Defensa Nacional aportes para un debate</i> (2005)	Não	Não	Favorável
Venezuela	<i>Ley de organizaciones de las Fuerzas Armadas Nacionales</i>	Não, mas sistematicamente presente em discurso presidencial	Sim	Favorável

Fonte: Elaboração própria. Baseada em documentos oficiais de defesa dos países sul-americanos.

O problema maior é que existe uma série de conflitos intermésticos ligados a recursos naturais com transbordamento entre territórios transfronteiriços na América do Sul, que acaba gerando *novas ameaças* intra-nacionais e ao próprio processo de regionalização transnacional haja vista que está relacionada à fragilidade político-democrática e à debilidade do controle territorial dos Estados Sul-Americanos.

O fator positivo para avanço da securitização de recursos naturais é possível, pois, normalmente, na evolução de conflitos intermésticos ligados a estes ativos não existe uma tendência de ingerência de agentes externos, o que torna a resolução da maioria dos casos de forma intra-nacional ou pelas vias político-diplomáticas regionais, representando assim menos risco à estabilidade política e às relações entre os países da América do Sul.

Se, por um lado, os conflitos intermésticos latentes fragmentam as relações entre os países da região e conseqüentemente prejudicam a ampliação e aprofundamento dos laços políticos entre os Estados sul-americanos, por outro lado, elementos de âmbito

político, econômico e territorial como a defesa conjunta dos ativos estratégicos comuns, favorecem a aproximação dos países em torno de uma agenda comum amparada na securitização política dos recursos naturais.

5 - Referência bibliográfica

- AYOOB, M. *The third world security predicament: State making, regional conflict, and the international system*. London: Lynne Rienner Publishers, 1995.
- BUZAN, B. *People, states & fears: an agenda for international security studies in the post-Cold War era*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1991.
- BUZAN, B.; WAEVER, O. *Regions and Powers: the structure of International security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CEPIK, M. “Segurança na América do Sul: Traços estruturais e dinâmica conjuntural”. *Análise de Conjuntura OPSA/IUERJ*, n. 9, agosto, 2005.
- DOMÍNGUEZ, J. I. “Seguridad, paz y democracia en América Latina y el Caribe”. In: DOMÍNGUEZ, J. I. *Seguridad Internacional, paz y democracia en el Cono Sur*. Santiago: Flacso-Chile, 1998.
- LIMA, M. R. S.; COUTINHO, M. V. “Integração Moderna”. *Análise de Conjuntura OPSA/IUPERJ*, n. 1, janeiro, 2006.
- MAIEROVITCH, V. F. “Lula e Lugo contra o crime organizado”. *Revista Carta Capital*, n. 12, maio, 2010.
- MEDEIROS FILHO, O. “Entre a cooperação e a dissuasão: dilemas na construção de uma comunidade regional de segurança na América do Sul sob a perspectiva militar”. In: SENHORAS, E. M.; GEHRE, T. *Novas Proposições em Relações Internacionais: Regiões em um mundo fragmentado*. Boa Vista: EdUFRR, 2010.
- PAGLIARI, G. C. “Temas da agenda de segurança hemisférica no pós-guerra fria: entre a hegemonia e a multidimensionalidade”. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina: Uel-Anpuh, 2005.
- SANTORO, M. “Nação Território e Conflito”. *Todos os fogos o fogo* 18 de novembro de 2009. Disponível em <<http://todososfogos.blogspot.com>>. acesso em 01/05/2010.
- SERBIN, A. *Paz, conflicto y sociedad civil en América Latina y el Caribe*. Icaria editorial, Barcelona, 2007.